

ADRIANA SILIPRANDI

Advogada e Administradora. Mestre em Direito Empresarial e Cidadania pela UNICURITIBA, Master em Gestão de Negócios pelo INSPER, CBA em Gestão Empresarial pelo IBMEC, MBA em Gestão de Pessoas pela UNICURITIBA, Graduada em Direito pela UTP, Graduada em Administração pela UNICURITIBA. CEO da Empresa Exin Global e do Escritório Siliprandi Advocacia. Mentora, Palestrante, Professora e Pesquisadora. Contato: adriana@siliprandi.adv.br.

ALAN MOREIRA LOPES

Advogado. Mestre pela UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná). Pós-graduado em Direito Digital e Direito Contemporâneo com ênfase em direito criminal. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Curitiba – Unicuritiba. Professor universitário. Coordenador das Pós-graduações: Direito à Proteção, Uso e Segurança de Dados e Gestão jurídica para Startups na Verbo Jurídico. Leciona a disciplina LGPD para a Pós-graduação Privacidade e Proteção de Dados na ESMAFE-PR (Escola da Magistratura Federal do Paraná). Leciona a disciplina Direito Digital para cursos de extensão, na Pós-graduação em Ciência de Dados e Machine Learning na Verbo Jurídico e na Pós de Direito Digital na FAE. Palestrante, parecerista e consultor de empresas. Sócio do Escritório Lopes e Santos Sociedade de Advogados. Atuante em direito privado com ênfase em Direito Digital, Civil e Empresarial. Formado em Eletrônica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR). Contato: alan@lopesesantos.adv.br.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO

O DIREITO NA ERA DO CHATGPT E OUTRAS IAS

1ª EDIÇÃO

2025



Rumo Jurídico
editora e distribuidora

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES SOBRE ÉTICA E PRIVACIDADE NO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO	17
1.1. Introdução.....	17
1.2. Análise do uso da Inteligência Artificial no Judiciário Brasileiro	18
1.3. A necessidade de garantir o uso da Inteligência Artificial de forma ética.....	23
1.4. A necessidade de garantir o Direito Fundamental à Privacidade no uso da Inteligência Artificial no Judiciário.....	27
1.5. Conclusão.....	38
 2. A ÉTICA NO DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	39
2.1. Introdução.....	39
2.2. Ética aplicada à IA.....	44
2.3. Princípios éticos no desenvolvimento de IA.....	46
2.3.1. Transparência.....	46
2.3.2. Justiça e não-discriminação	48
2.3.3. Responsabilidade	49
2.3.4. Privacidade e Segurança	51
2.4. Desafios éticos na implantação de IA.....	53
2.4.1. Tomada de decisão autônoma	53
2.4.2. Viés algorítmico	55
2.4.3. Desemprego tecnológico.....	56
2.4.4. Riscos à segurança e ao bem-estar humano.....	58

2.5. Normas e regulamentações éticas globais para IA.....	60
2.5.1. Regulações existentes	60
2.5.2. Desafios regulatórios.....	62
2.6. Considerações finais e o futuro da ética na IA.....	64
2.6.1. Perspectivas futuras.....	64
2.6.2. Conclusão	65

3. REGULAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: O MODELO REGULATÓRIO DAS DIRETRIZES ÉTICAS PARA UMA IA DE CONFIANÇA DO GRUPO DE PERITOS DE ALTO NÍVEL SOBRE IA

3.1. Introdução.....	67
3.2. Por que regular a Inteligência Artificial?	68
3.3. Os desafios em se regular a IA	72
3.4. As Diretrizes Éticas para uma IA de Confiança do Grupo de Peritos de Alto Nível sobre a Inteligência Artificial	74
3.4.1. Bases de uma IA de confiança.....	76
3.4.1.1. Respeito da autonomia humana	78
3.4.1.2. Prevenção de danos	78
3.4.1.3. Equidade	78
3.4.1.4. Explicabilidade	79
3.4.2. Concretização de uma IA de confiança.....	79
3.4.2.1. Ação e supervisão humanas	80
3.4.2.2. Solidez técnica e segurança	81
3.4.2.3. Privacidade e governança de dados	81
3.4.2.4. Transparência.....	82
3.4.2.5. Diversidade, não discriminação e equidade.....	82
3.4.2.6. Bem-estar social e ambiental	83
3.4.2.7. Responsabilização	83
3.4.3. Avaliação de uma IA de confiança	84
3.5. Análise crítica das Diretrizes Éticas para uma IA de Confiança.....	84
3.6. Conclusão.....	87

4. RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL EM CASOS DE DANOS CAUSADOS POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

4.1. Introdução.....	91
4.2. O grau de autonomia da IA.....	101
4.3. A culpa e o dolo	103
4.4. Conclusões.....	104

5. A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI Nº 13.709/18) E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	109
5.1. Introdução.....	109
5.2. A Lei Geral de Proteção de Dados e os fundamentos da privacidade digital	110
5.3. Big data e inteligência artificial (IA): Consequências para LGPD	115
5.4. Anonimização, reconhecimento facial e LGPD	120
5.5. Conclusão.....	124
6. O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NOS DIREITOS DO AUTOR SOB A PERSPECTIVA MUSICAL	127
6.1. Introdução.....	127
6.2. As eras de evolução do direito autoral no Brasil	129
6.2.1. A era industrial.....	129
6.2.2. A era da informação	130
6.3.3. A era digital	133
6.3.4. A era do conhecimento	134
6.3.5. A era da inteligência artificial	137
6.4. A inteligência artificial na criação musical.....	137
6.5. Os direitos do autor na era da inteligência artificial.....	141
6.6. Conclusão.....	146
7. A REGULAMENTAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO ESCOPO PREVISTO NO PROJETO DE LEI Nº 240 DE 2020 E NO PROJETO DE LEI Nº 759 DE 2023	149
7.1. Introdução.....	149
7.2. Projeto de Lei nº 240, de 2020: Cria a Lei da Inteligência Artificial, e dá outras providências e projeto de lei 759, de 2023: Regulamenta os sistemas de Inteligência Artificial (IA) no Brasil e dá outras providências	150
7.3. Conclusão.....	162
8. A REGULAMENTAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO ESCOPO PREVISTO NO PROJETO DE LEI Nº 5.051 DE 2019, NO PROJETO DE LEI Nº 21 DE 2020 E NO PROJETO DE LEI Nº 2.338/2023	167
8.1. Projeto de Lei nº 5.051/2019	167
8.2. Projeto de Lei nº 21/2020	169
8.3. Marco Legal da Inteligência Artificial no Brasil: Projeto de Lei nº 2.338/2023	172

9. AUTOTECHS, MOBILIDADE URBANA E SUSTENTABILIDADE.....	183
9.1. Introdução.....	183
9.2. Autotechs: Alternativa para um modelo de mobilidade urbana sustentável.....	191
9.3. Elon Musk: Visionário ou vilão da mobilidade?	198
9.4. Considerações finais	200
10. SEGURANÇA DIGITAL	201
10.1. Introdução.....	201
10.2. A importância da segurança da informação na era da inteligência artificial	204
10.3. Conclusões.....	228
11. SEGURANÇA NO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	231
11.1. Introdução.....	231
11.2. História e evolução das IAs	232
11.3. Os dois fronts de perigo na segurança das IAs.....	232
11.4. A capacidade de simulação das IAs: Uma nova dimensão de riscos.....	234
11.5. Autenticação e verificação: O caminho para mitigar riscos	234
11.6. A responsabilidade jurídica e a regulação das IAs.....	235
11.7. Educação e conscientização: Um pilar fundamental da segurança.....	236
11.8. Conclusão: Navegando no terreno complexo das IAs	236
11.9. Segurança da informação na era da ia além da atualidade	237
11.10. Mitigando os riscos da segurança da informação na era da IA além da atualidade.....	240
11.11. Conclusão	242
12. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: MÁQUINAS PENSAM? ASPECTOS TÉCNICOS E JURÍDICOS	245
12.1. Introdução.....	245
12.2. Uma breve história da inteligência artificial	248
12.3. Tipos de inteligência artificial.....	250
12.4. Machine Learning, Deep learning e Generative AI.....	252
12.5. Aplicações e o futuro da IA.....	255
12.6. Inteligência Artificial na prática	257
12.6.1. Introdução	257
12.6.2. Chat GPT.....	257

12.6.4. Copilot	261
12.6.5. Sora	262
12.6.6. Gemini	263

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	263
--	------------